

NOTEXP – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

CNPJ: 01.772.670/0001-99

Natureza jurídica: Órgão Público do Poder Legislativo Municipal

Endereço: Avenida Luiz Obermuller Filho, 83, 2º Andar, Centro, Laranja da Terra/ES.

Natureza das Operações: Administração Pública em Geral

Art. 1º - Fica criado o Município de Laranja da Terra. Desmembrado do Município de Afonso Cláudio, com sede na atual Vila de São João de Laranja da Terra (LEI Nº 4068/88).

Art. 29 Cabe à Câmara Municipal, com observância às determinações e hierarquia constitucional suplementar, estadual e federal, legislar sobre assuntos de interesse local (LEI ORGÂNICA Nº 43, DE 04 DE ABRIL DE 1990).

Art. 3º A Câmara tem funções legislativas, atribuições para fiscalizar e assessorar os atos do Executivo e competência para organizar e dirigir sua administração interna. (**Resolução nº 018 de 30/11/1990**).

Declaração de Conformidade com leis e normas de contabilidade aplicáveis

Declaramos que as Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme dispõem as leis e normas de contabilidade aplicada ao setor público, evidenciando a gestão fiscal, orçamentária, patrimonial e financeira da Câmara Municipal.

ESTRATOS BANCÁRIOS - EXTBAN

O saldo atual líquido refere-se à apropriação de Férias por Competência, no valor de 43.709,78 (quarenta e três mil setecentos e nove reais e setenta e oito centavos), e Encargos Sociais a Pagar, refere-se ao INSS parte Patronal (21%), no valor de R\$ 9.179,05 (nove mil cento e setenta e nove reais e cinco centavos), e R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) relativo a restos a pagar não processados, totalizando R\$ 107.888,83 (cento e sete mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos). Todo o recurso economizado foi devolvido para o município, **exceto o valor relativo a apropriações por competência, R\$ 52.888,83 (cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos)** o qual não poderá permanecer no caixa da câmara municipal e será deduzido do nos próximos duodécimos do exercício de 2023, conforme recentes mudanças na constituição federal e instrução do TCEES.

Segue, em anexo, Ofício

NOTEXP

Senhor (ª) Auditor (ª)

Com relação à Prestação de Contas Anual de 2021, fomos citados pelo TCEES, para que prestássemos esclarecimentos quanto ao valor deixado para cobrir passivo patrimonial referente a férias e encargos apropriados por competência, prática que foi ao desconcontro das mudanças recentes na constituição e também a instrução do TCEES, que deixa claro não poder deixar valor financeiro correspondente para cobrir as referidas despesas. Aconteceu que só foi tomado conhecimento disso após termos encerrado o exercício de 2022, o que nos levou a repetir o erro.

Para que esse equívoco fosse corrigido logo, foi enviado ao prefeito o ofício nº 06/2023, que segue em anexo, para realizar a dedução nas próximas parcelas duodécimas do exercício de 2023, conforme determina a Constituição Federal.



CÂMARA MUNICIPAL

Processo Requerimento Nº 838/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA

Casa Legisla

17/02/2023 11:58:06

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

Laranja da Terra, 15 de fevereiro de 2023

SOLICITAÇÃO - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

OFÍCIO GP Nº 06/2023.



ana.kempim (27) 3736-1321

7248eac2-3284-434a-bf7a-df3b1e8a6553

AO EXMO. SENHOR

JOSAFÁ STORCH

PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA/ES

Senhor Prefeito,

Considerando a mudança Constitucional recente e a interpretação do TCEES quanto as apropriações por competência de férias, e encargos patronais;

Considerando que no final do exercício de 2022 ficou como saldo de caixa para cobrir as despesas patrimoniais apropriadas por competência o valor de R\$ 52.888,83 (cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos); e

Em vista desse entendimento do TCEES fundamentado na legislação vigente, sirvo me do presente para **solicitar a Vossa Excelência que faça, na forma da Constituição, a dedução do valor de R\$ 52.888,83 (cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos) no próximo repasse de duodécimo**, seguindo a orientação, uma vez que ficou reconhecido como não sendo adequada a reserva desse valor para a cobertura desse passivo patrimonial para o exercício de 2023, na conta da Câmara no final do exercício passado (2022), cumprindo assim a Instrução Normativa TCEES Nº 74, de 15 de junho de 2021, conforme disposto no seu Art. 1º:

Art. 1º. Para fins do disposto no art. 168, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, incluído pela Emenda Constitucional 109, de 15 de março de 2021, o saldo financeiro de recursos oriundos do repasse de duodécimos a Órgãos e Poderes do Estado e dos municípios do Estado do Espírito Santo, deverá ser restituído ao caixa único do Tesouro do respectivo ente federativo ou deduzido das parcelas duodecimais do exercício seguinte.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossa Excelência, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

ROBERTO KUSTER BECKER

Presidente da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES